



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

26/3
@

4ª Câmara Cível.

Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 0324011-1

Agravante: Fabio Vicente Batista da Silva e Outros

Agravado: Sul América Cia Nacional de Seguros

Des. Relator: Tenório dos Santos

EMENTA

RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. LITISCONSORCIO ATIVO MULTITUDINARIO FACULTATIVO. LIMITAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. Facultativo é o litisconsórcio que pode ou não se formar, segundo critério dos litigantes, estando regulado pelo artigo 46, P.U, do CPC. É permitido o desmembramento do litisconsórcio facultativo multitudinário, quando este é prejudicial à análise probatória, obstando a celeridade e a eficaz entrega da prestação jurisdicional. Agravo improvido. Votação unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0324011-1, em que figura como Agravante **Fabio Vicente Batista da Silva e Outros** e, como Agravada **Sul América Companhia Nacional de Seguros**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, negar provimento ao**




ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

294
R

Agravo nº 0324011-1

presente Agravo, de conformidade com o voto e ata de julgamento.

Recife 22 de 5 de .

Tenório dos Santos
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

ggf
df

4ª Câmara Cível.

Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 0324011-1

Agravante: Fabio Vicente Batista da Silva e Outros

Agravado: Sul América Cia Nacional de Seguros

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo ofertado por **Fabio Vicente Batista da Silva e Outros**, em face de decisão proferida por esta Relatoria, em sede de agravo de instrumento, da qual manteve inalterada a decisão primária que desmembrou a presente ação em sete processos com apenas três autores.

Pugna o recorrente pela decisão do Órgão Colegiado.

É o Relatório, no essencial.

Recife 22 de 05 de 2014.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

gjb
pf

4ª Câmara Cível.

Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 0324011-1

Agravante: Fabio Vicente Batista da Silva e Outros

Agravado: Sul América Cia Nacional de Seguros

Des. Relator: Tenório dos Santos

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Pois bem.

Nos termos do artigo 46, parágrafo único, do Código de Processo Civil, "o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa".

Portanto, conforme lecionam Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero,

"É possível cindir o litisconsórcio facultativo multitudinário, que é aquele litisconsórcio formado por um número excepcionalmente grande de litigantes, sempre que em razão de sua formação possa ocorrer o comprometimento da defesa ou a rápida solução do litígio. Por motivos atinentes à paridade de armas e à efetividade do processo, portanto, é possível desmembrar o litisconsórcio facultativo multitudinário (STJ, 1ª Turma, REsp 565.937/PR, rel. Min. Luiz Fux, j. em 25.05.2004, DJ 02.08.2004, p. 320). Vela o órgão jurisdicional pela observância do processo justo ao cindir o litisconsórcio facultativo multitudinário, realizando a sua missão de curar pelo regular e bom desembargo do feito (STJ, 5ª Turma, REsp 40.622/SP, rel. Min. Jorge Scartezini, j. em 16.03.2000, DJ 02.05.2000, p. 155). É possível ao juiz determinar de ofício a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Agravo nº 0324011-1

cisão ..." (Código de Processo Civil, 2.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 132).

Com efeito, não há como afastar as razões expostas na decisão de primeiro grau, pois, ainda que a situação funcional dos autores seja a mesma, as dificuldades apontadas influenciarão decisivamente na celeridade do julgamento, na medida em que o número excessivo de litigantes dificulta a defesa e compromete a rápida solução da demanda, objetivo visado pela Lei nº 12.153/2009.

A meu ver, a demanda permeia a prova técnica, de não só dificultar a defesa da seguradora, como ainda comprometer o valor da rápida solução do litígio.

Vale ressaltar que existindo excesso de postulantes no pólo ativo, e havendo múltiplas questões a serem decididas em relação aos pedidos de cada um deles, constata-se a dificuldade para o processamento e julgamento do feito, de sorte a comprometer a rápida solução do litígio, motivo pelo qual é plausível a recusa do litisconsórcio facultativo ativo pelo julgador

Colaciono arrestos dos entendimentos Pátrios:

LITISCONSÓRCIO ATIVO MULTITUDINÁRIO FACULTATIVO-
Limitação - Possibilidade - Efetividade da jurisdição,
rapidez e precisão na decisão - Seguro habitacional -
Demanda promovida por titulares de unidades vizinhas.
Argumento apresentado pelo MM. Juiz que conta com o
respaldo legal - Incidência do art. 46, parágrafo único do
Cód. de Processo Civil - Agravo desprovido. (AI
871244120118260000 SP 0087124-41.2011.8.26.0000, Des.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Agravo nº 0324011-1

Rel. Roberto Solimene, TJ/SP, 6ª Câmara de Direito Privado,
DJ 02/06/2011, DJe 08/06/2011).

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LITISCONSÓRCIO -
COMPLEXIDADE DA AÇÃO - LIMITAÇÃO - ARTIGO 46, §
ÚNICO DO CPC - DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ -
POSSIBILIDADE. Facultativo é o litisconsórcio que pode ou
não se formar, segundo critério dos litigantes, estando
regulado pelo artigo 46, P.U, do CPC. É permitido o
desmembramento do litisconsórcio facultativo
multitudinário, quando este é prejudicial à análise
probatória, obstando a celeridade e a eficaz entrega da
prestação jurisdicional. (100790844690260011 MG
1.0079.08.446902-6/001(1), Des. Rel. ANTÔNIO BISPO,
TJ/MG, DJ 19/03/2009, DJe 31/03/2009).

Com tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO**
RECURSO.

É como Voto.

Recife, 22 de 05 de 2014.


Tenório dos Santos

Desembargador Relator